

RE-CONSTRUINDO A EDUCAÇÃO DE ITABUNA-BA: 1930 A 1945

ASSIS, Raimunda Alves Moreira de – UESC – UFF

GT: História da Educação / n.02

Agência Financiadora: FAPES

Neste texto apresento o resultado das principais atividades desenvolvidas numa pesquisa em andamento que tem o objetivo de analisar e re-constituir as políticas públicas de educação desenvolvidas no município de Itabuna entre 1930 a 1934. O primeiro motivo que me levou a realizar o trabalho foi a ausência de estudos acadêmicos nesse campo do conhecimento. Uma outra razão, diz respeito a necessidade de se preservar a memória e, por último, iniciar uma produção no campo do conhecimento da história da educação, ainda inexistente na região.

Cabe aqui evidenciar que a questão da preservação da memória é uma discussão que merece maior atenção, principalmente nas pequenas cidades, em função da pouca importância que as autoridades governamentais atribuem a preservação do patrimônio histórico-cultural. Felizmente, nos grandes centros, já se observa um maior interesse em se preservar a memória cultural do país. Cumpre destacar que as autoridades governamentais vêm incentivando as instituições, as organizações, as empresas e outras entidades a se associarem a esse desejo, propondo ações e políticas de preservação do patrimônio histórico-cultural, como preservação de praças, jardins, monumentos, museus, escolas, bibliotecas, reservas ecológica e outros. Por outro lado, a sociedade civil também se mobiliza criando outras alternativas através dos organismos “ditos privados” como empresas, bancos, ONGs, atuando em diferentes movimentos e direções tanto nacional como local.

Luis Palacín Gomes, no seu livro *História de Goiás em documentos: I. Colônia*, ressalta a importância de se considerar as histórias regionais. Ele afirma que elas são fundamentais para ‘aprofundar e matizar’ a história nacional. Mas, as histórias regionais também podem, ao mesmo tempo, complementarem-se ou contraporem-se, desafiando e refutando as versões da historiografia oficial (GOMES, 2001).

Nessa direção, coloco como questão principal do estudo a re-constituição das políticas públicas de educação desenvolvidas no Município de Itabuna-BA. Pretendo, na primeira parte do estudo, contextualizar o momento histórico que serviu de palco para o desenvolvimento das políticas públicas de educação. Em seguida, discutir a forma como se estruturou e organizou a educação escolar no município. E, por último, delinear o quadro educacional do município, demonstrando as especificidades regional e local.

Devo salientar que existem apenas duas produções nesse campo de pesquisa, fruto de dissertações de mestrado em educação, realizado na Universidade Federal da Bahia-UFBA. A primeira, de ASSIS (2000), intitulada *História da Educação de Itabuna: 1906 a 1930*, que trata da organização e funcionamento do ensino desse período e a segunda a *Evolução da rede pública de Ensino Médio de Ilhéus de 1940 a 1980*, do Prof. BARBOSA

(2001). Portanto, fica evidenciada a pouca produção nessa linha de pesquisa na região Sul da Bahia.

Entristece-me verificar que nesse campo do conhecimento, até a presente data, não existe produção acadêmica. Isso foi constatado a partir de um estudo realizado pela Profa. Raimunda Assis (2003) da Universidade Estadual de Santa Cruz –BA (UESC), ao buscar levantar a história da educação regional. Para minimizar esta lacuna, decidi realizar um projeto de levantamento de dados a partir de fontes primária, na linha dos estudos que vêm sendo desenvolvidos pelo Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR), sob a coordenação geral do professor Dermeval Saviani, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), iniciados nos anos de 1990, denominado “*Levantamento e catalogação de fontes primárias e secundárias da educação brasileira*”.

Alegra-me a possibilidade de trabalhar empiricamente a história da educação local porque isso significa a possibilidade de avançar na especificidade da educação regional, o que nos levaria, inevitavelmente, a iniciar a construção de um conhecimento histórico da educação, que é singular (local/regional), mas que também é parte integrante do nacional/do todo. Chamo atenção para o significado atribuído a esses dois termos: nacional/local. Ao tratar do singular e do particular, estamos nos referindo aos acontecimentos regionais, mas como parte integrante de um todo, o nacional. ALVES assim se manifesta:

[...] os termos regional e nacional são expressões, em escalas diferentes, do singular. O universal corresponde ao movimento dado pelas leis da totalidade, isto é, da sociedade capitalista, e o singular cinge-se ao *locus* em que esse movimento se realiza: uma região, uma instituição educacional, a obra teórica e/ou prática de um educador etc. Portanto, universal e singular são suficientemente captados quando revelam essa indissociabilidade (ALVES, 2001, p.164).

Acredito, portanto, que esse movimento, para entender o processo de relação parte/todo e/ou singular/universal, está implícito na definição de um referencial teórico-metodológico que se deseja imprimir no desenvolvimento, levantamento e tratamento das fontes expressas a partir de um princípio metodológico de investigação que certamente é dialético, como demonstra AURAS :

[...] a especificidade do regional é, necessariamente, constituída na relação com o nacional e que este, por sua vez, é (ou deveria ser, no âmbito do conhecimento) expressão das especificidades dos vários regionais (o que possibilitaria, a meu

ver, generalizações mais consistentes e condizentes com o processo histórico), num movimento evidenciador de conexões internas capazes de expressar, ao mesmo tempo, que o nacional é um todo estruturado e em estruturação, constituído e em constituição, e que, portanto, também ele se encontra em curso de desenvolvimento, em processo de autocriação [...] (AURAS, 2004, p.130).

Esse movimento dialético ajuda-nos a entender o princípio da totalidade, ou seja, a examinar o fato social (local) como momento de um determinado todo (nacional), a partir das recíprocas conexões e mediações que necessariamente se estabelecem, porque um está constituído no outro. MIGUEL, afirma que “[...] as diversidades e peculiaridades regionais são capazes de contribuir para complementar ou enriquecer a história da educação, permitindo que a identificação das mesmas e sua compreensão no contexto nacional possibilitem uma nova síntese” (Miguel, 1999, p. 87 apud MIGUEL, 2004, p.114). E, finalmente, ela nos alerta para “a compreensão de que as peculiaridades da educação regional apontam para outras interpretações do modo de organização e funcionamento da educação brasileira [...]” (idem, 2004, p.115).

Ao iniciar o trabalho de catalogação das fontes primárias, como primeira etapa do estudo, visitei diferentes espaços públicos: bibliotecas, prefeitura, universidade, museus, escolas tradicionais e outros, inicialmente, sem muito sucesso. No ano de 2003, fui ao Arquivo Público Municipal de Itabuna (APMI) e deparei-me com uma coleção inédita de: *Jornais Oficiais do Município e o Livro de Registro de Atas e Resoluções da Comarca Municipal de Itabuna*. Estas fontes primárias manuscritas e impressas constituir-se-ão em importante material de pesquisa de valor histórico meritório para o estudo da memória educacional do município.

Das reflexões teóricas realizadas, algumas aprendizagens foram fundamentais para dar sustentação ao trabalho. Dentre elas, podemos destacar a compreensão dos diferentes significados da palavra *fonte*. Aprendi que as fontes históricas são sempre produções humanas, com as mais diferentes formas de expressões, que foram se acumulando ou foram guardadas, em um dado momento histórico, e que poderão ser utilizadas para desenvolver pesquisas, respondendo os questionamentos dos pesquisadores. Em outros termos, SAVIANI afirma que os objetos só adquirem estatuto de fonte quando o pesquisador recorre a ele na busca “de respostas para às questões levantadas” para produzir os seus conhecimentos históricos (SAVIANI, 2004, p. 6-7). Ele também declara que a escolha das

fontes estão diretamente relacionadas com o objeto de pesquisa e com os recortes efetuados no fato social que se deseja estudar.

Pensando nessa perspectiva, vejo que é acertada a escolha de se iniciar a pesquisa a partir de fontes primárias, uma vez que o objeto de estudo, “*história da política educacional*”, é uma temática que permite análises amplas de contextos. Daí, os estudos de LE GOFF virem corroborar com a nossa opção teórico-metodológica, ao afirmar: “[...] O documento, o dado já não existem por si próprios, mas em relação com a série que os precede e os segue, é o seu valor *relativo* que se torna objetivo e não a sua relação com uma inapreensível substância real” (FURET, 1974, p.47-48 apud LE GOFF, 1990, p.541). Logo, importa não isolar os documentos da realidade enquanto totalidade, porque eles possibilitam entender o mundo e a vida dos homens de uma forma real. Caso contrário, torna-se somente o registro de uma história factual aos moldes dos positivistas. Em síntese, os documentos permitem diferentes possibilidades de análises que, certamente, dependerão da escolha teórico-metodológica do pesquisador.

LE GOFF ainda expõe que as fontes, ao serem tomadas para análise da história, transformam-se em documento/monumento, enquanto representação de materiais da memória coletiva. Entendida nesta perspectiva, “há que tomar a palavra ‘documento’ no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, ou qualquer outra maneira” [1961, p. XII]. É nessa ótica que estou trabalhando o conceito de documento com a acepção que hoje se tem do termo de alargamento do seu significado. Por conseguinte, será utilizado na pesquisa documentos de diferentes naturezas: documentos oficiais, as legislações, os arquivos institucionais públicos e privados, dados estatísticos, produções bibliográficas, fotografias, memórias e outros. Da seleção e classificação dos materiais encontrados, é possível realizar as primeiras aproximações empíricas identificando dados sobre: matrícula, repetência, ampliação da rede escolar e tendências pedagógicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Gilberto Luiz. **Nacional e Regional na História Educacional Brasileira: uma análise sob a ótica dos Estados Mato-Grosenses**. In: Educação no Brasil: história e

historiografia/ Sociedade Brasileira de História da Educação (Org.). Campinas, SP: Autores Associados, SBHE, 2001.

AURAS, Marli. **Fontes e historiografia educacional brasileira: contribuição para o debate a partir da produção de conhecimento em história da educação catarinense relativa ao século XIX.** In: LOMBARDI, José Claudinei e NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs.). Fontes, história e historiografia da Educação. Campina, SP: Autores Associados: HISTEDBR; 2004.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A história da educação no Brasil: tradição historiográfica e processos de renovação da disciplina.** Paedagogica Historica, vol.36, n. 3, p. 909-933, 2002.

FARIA FILHO, Luciano e VIDAL, Diana Gonçalves. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). In: Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, vol.23, nº 45, 2003.

GOMES, Luis Palacím, [et al]. História de Góias em Documentos. Goiânia: Editora da UFG, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** 2 ed., Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. **Do levantamento de fontes à construção da historiografia: uma tentativa de sistematização.** In: LOMBARDI, José Claudinei e NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs.). Fontes, história e historiografia da Educação. Campina, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2004.

SAVIANI, Dermeval, LOMBARDI, José Claudinei e SANFELICE, José Luís (Orgs). História e História da Educação. 2 ed., Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2000.